

L E I Nº 1.340/78

Data: 06 de dezembro de 1978

Súmula: Cria a Taxa Anual de vistoria de Segurança contra incêndio (Prevenção) a incidir sobre Estabelecimentos Comerciais, Industriais, Prestadores de Serviços e Edifícios com mais de 3 (três) pavimentos e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - Fica criada a Taxa Anual de vistoria de segurança contra incêndios (prevenção) que incidirá sobre Estabelecimentos Comerciais, Industriais, Prestadores de Serviços e Edifícios com mais de 3 (três) pavimentos, localizados no Município de Bandeirantes.

Artigo 2º - A Taxa anual de vistoria de segurança contra incêndio tem como fato gerador a vistoria de segurança contra incêndio tem como fato gerador a vistoria exercida anualmente em Estabelecimentos Comerciais, Industriais, Prestadores de Serviços e Edifícios com mais de 3 (três) pavimentos pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Artigo 3º - A Taxa anual de vistoria de segurança contra incêndio será recolhida até o último dia do mês subsequente àquele em que a vistoria for efetuada, à agência do Banco do Estado do Paraná S.A., em conta especial.

Artigo 4º - Não sendo paga no prazo previsto, após a vistoria, a Taxa será acrescida de juros de mora, a razão de 1% (um por cento) ao mês, da multa de 1 (um) valor de referência regional e da correção monetária, calculada de acordo com o índice mensal fixado pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e Secretaria do Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

§ 1º - Não serão fornecidos ou renovados alvarás de localização para estabelecimentos comerciais e industriais, profissionais liberais e o “habite-se” aos proprietários e locatários de edifícios com mais de 3 (três) pavimentos que não apresentarem na repartição competente o Certificado de Vistoria, passado pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

§ 2º - A expedição de alvarás de localização e do “habite-se”, pela Prefeitura Municipal fica condicionada à apresentação prévia do Certificado de Vistoria, mediante antecipado da respectiva taxa.

Artigo 5º - A Receita arrecadada é integrante do Fundo de Reequipamento do Destacamento do Corpo de Bombeiros, e administrada pelo seu Conselho Diretor, na forma estabelecida pela Lei de Criação.

Artigo 6º - A cobrança da taxa anual de vistoria de segurança contra incêndio (prevenção) incide sobre os grupos de estabelecimentos abaixo discriminados, observados os percentuais do valor da referência regional vigente:

GRUPO “A” – Indústria ou comércio de tintas, vernizes, gasolina, álcool, benzina, graxa, óleo e oleaginosas, querosene, celulose, breu, fogos de artifícios, armas e munições, de 100% (cem por cento);

GRUPO “B” – Depósitos de gás liquefeito de petróleo: taxa de 100% (cem por cento);

GRUPO “C” – Indústria ou comércio de móveis, laminados, serrarias, artefatos de madeira, móveis estofados e de vime e derivados: Taxa de 95% (noventa e cinco por cento);

GRUPO “D” – Comércio e Indústria de tecidos, roupas, cortinas, tapetes, estofados, algodão, estopa, armarinhos, crinas, oleados, colchoarias, borracha, plásticos, couros e peles, calçados: taxa de 90% (noventa por cento);

GRUPO “E” – Casa de diversões, cinemas, teatros e congêneres: taxa de 80% (oitenta por cento);

GRUPO “F” – Indústria e comércio de produtos químicos e farmacêuticos, usinas siderúrgicas, metalúrgicas industriais e comércio de automóveis, autopeças, oficinas mecânicas em geral e silos em geral: Taxa de 80% (oitenta por cento);

GRUPO “H” – Estabelecimentos de hotelaria, pensões e dormitórios e similares, hospitais, clínicas e casas de saúde: Taxa de 70% (setenta por cento);

GRUPO “I” – Indústria, comércio e depósitos de bebidas em geral: taxa de 65% (sessenta e cinco por cento).

GRUPO “J” – Comércio de cereais, bares, material de limpeza doméstica, armazéns gerais, secos e molhados, produtos alimentícios: taxa de 60% (sessenta por cento);

GRUPO “L” – Indústria, comércio ou depósito de material de construção, comércio de gás liquefeito e petróleo (GLP), empresas de transporte com depósito, ornamentação, ferragens, material elétrico e sanitário, joalheiras, aparelhos eletro domésticos, óticos, esportes, recreação, caça e pesca, brinquedos, bijuterias: taxa de 55% (cinquenta por cento);

GRUPO “M” – Moinhos, torrefações, descascadores: taxa de 50% (cinquenta por cento);

GRUPO “N” – Agências lotéricas e similares: taxa de 54% (cinquenta e quatro por cento);

GRUPO “O” – Indústrias de massas, biscoitos, padarias, confeitarias e congêneres, casas de frios, lanchonetes, restaurante, sorveterias e similares: taxa de 40% (quarenta por cento);

GRUPO “P” – Indústrias e comércio de carnes, peixes, matadouros, abatedouros, laticínios e conservas: taxa de 35% (trinta e cinco por cento).

GRUPO “Q” – Indústria e comércio de máquinas e aparelhos agrícolas, cirúrgicos, dentários, hospitalares, domésticos e de escritórios, indústrias e comércio de produtos de uso agropecuário: taxa de 30% (trinta por cento);

GRUPO “R” – Lavanderia e tinturaria, malharias, atelier de costura, alfaiatarias, salões de beleza e barbearias: taxa de 25% (vinte e cinco por cento);

GRUPO “S” – Indústria e comércio de cerâmica, ladrilhos similares, oficinas de consertos em geral não mecânicas: taxa de 20% (vinte por cento);

GRUPO “T” – Comércio de doces e derivados, bomboniere, frutas, hortaliças, floricultura, produtos agrícolas e hortigranjeiros, escritórios profissionais e consultórios, bancas ou revenda de jornais e revistas, empresas de transporte sem deposto: taxa de 15% (quinze por cento);

GRUPO “U” – Residências, escritórios e consultórios ou economias prediais de outros usos, localizados em edifícios – com mais de 3 (três) pavimentos: taxa de 10% (dez por cento).

§ 1º - Os estabelecimentos comerciais e industriais não previstos nos grupos acima, serão neles classificados pelo Corpo de Bombeiros, por similitude.

§ 2º - Quando o estabelecimento tiver múltipla atividade, será enquadrado pelo maior risco.

§ 3º - Os estabelecimentos comerciais com mais de 15 (quinze) empregados ou com área construída de mais de 500 m² e os industriais com mais de 50 (cinquenta) empregados ou com área construída com mais de 1.000 m², descritos nos Grupos de “A” a “T”, terão a taxa de vistoria elevada em 50% (cinquenta por cento) dos respectivos valores fixados, a cada Unidade acima especificada que se enquadre nas prescrições deste artigo.

§ 4º - As edificações com destinação de uso especificado no Grupo “U” terão a Taxa de Vistoria elevada em 100% (cem por cento), quando sua área total for ocupada por mais de 25 (vinte e cinco) locações;

Artigo 7º - Os estabelecimentos comerciais e industriais especificados no § 3º, do artigo 6º, poderão firmar convênios com o Destacamento do Corpo de Bombeiros e o Município, para fins de prestação de assistência, orientação, serviços de prevenção de combate a sinistros e acidentes, em caráter permanente ou periódico.

Artigo 8º - Compete ao interessado a iniciativa de solicitar a vistoria, mediante requerimento, ao Comandante do Destacamento do Corpo de Bombeiros.

§ 1º - Os interessados deverão observar os seguintes prazos para formular seus pedidos de vistoria, considerando a primeira letra do nome da firma, entidade, organização ou pessoa:

A-B-C-D JANEIRO

E-F-G-H-I MARÇO

J-K-L-M-N MAIO

O-P-Q-R-S JULHO

T-U-V-X-Y-W-Z SETEMBRO

§ 2º - Organizando o Cadastro dos contribuintes, a vistoria será efetuada ex-offício, pelo Corpo de Bombeiros, observado o calendário do § anterior.

Artigo 9º - A omissão do interessado, em requerer a vistoria no prazo fixado no artigo 8º, implicará na multa de até 2 (dois) valores de referência regional vigentes, quando lavrado auto de infração pela autoridade competente e de 1 (um) valor de referência regional vigente quando requerida fora de prazo, antes de se verificar a lavratura de auto de infração.

Artigo 10 - Os documentos de recolhimento da taxa anual de vistoria de segurança contra incêndio serão preenchidos de conformidade com as disposições regulamentares.

Parágrafo Único - Por ocasião do lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma dos prazos de seu pagamento e das penalidades.

Artigo 11 - O Destacamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, sediado no Município, organizará e implantará os serviços e as atividades de vistoria e fiscalização de que trata a presente Lei.

Artigo 12 - Competirá ao Comando do Destacamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, sempre que julgar necessário, a indicação de elementos técnicos capacitados para realizarem as vistorias em instalações comerciais ou industriais, quando não dispuser de elementos suficientes em razão do tipo de instalação, destinação, complexidades e riscos de operação.

Parágrafo Único - Poderá, a juízo do Prefeito Municipal, em casos de risco iminente ou de interesse imediato do requerente, ser constituída uma Comissão Especial de Vistoria, constituída de 3 (três) elementos, sendo dois engenheiros e o Comandante d Destacamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Artigo 13 - A infração das normas de segurança recomendadas pelo Corpo de Bombeiros, pela Legislação Municipal, pelas cláusulas contratuais das apólices de seguros ou outras normas de segurança de âmbito Federal ou Estadual, implicaram isolada ou cumulativamente, além das responsabilidades, específicas cabíveis, as seguintes sanções administrativas:

1- Advertência;

2 – Multa de até 10 (dez) vezes o valor de referência regional;

3 – Suspensão, impedimento ou interdição temporária do estabelecimento, prédio ou locação.

4 – Denegação ou cancelamento do alvará de locação ou do “habite-se”.

Artigo 14 – O Prefeito Municipal, na aplicação das penalidades, quando esgotados os recursos administrativos, recorrerá à requisição de força policial para efetiva aplicação das sanções impostas, ou à Via Judicial, para o estrito cumprimento das disposições legais.

Artigo 14 – O Prefeito Municipal, na aplicação das penalidades, quando esgotados os recursos administrativos, recorrerá à requisição de força policial para a efetiva aplicação das sanções impostas, ou à via judicial, para o estrito cumprimento das disposições legais.

Artigo 15 – A presente Lei deverá ser regulamentada pelo Poder Executivo, dentro de 60 (sessenta) dias da data de sua publicação.

Artigo 16 – A inclusão do contribuinte num dos Grupos especificados no artigo 6º desta Lei, não o desobriga do pagamento da Taxa de Combate a incêndio previsto na legislação tributária municipal.

Artigo 17 – O valor da referência regional vigente será fixado na forma do disposto na Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975 e de Conformidade com os índices que forem estabelecidos pelo Governo Federal.

Artigo 18 – Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 06 de dezembro de 1978.

José Fernandes da Silva

Prefeito Municipal

